



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2016
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Edital para a contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção de Software Público de Gestão Administrativa (E-Cidade)

O MUNICÍPIO DE ITAQUI, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. **GIL MARQUES FILHO**, inscrito no CPF sob o nº 132.750.620-34 e portador de cédula de identidade nº 9003198786, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e com a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, torna público, para o conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, que às **10 horas do dia 29 de julho de 2016**, na sala de reuniões do Setor de Licitações, situada na Rua Bento Gonçalves, nº 335, Centro, Itaqui/RS, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n.º 0433/2011, com a finalidade de receber os documentos de habilitação e as propostas para contratação de empresa para prestação de serviços especializados em manutenção de Software Público de Gestão Administrativa (E-Cidade).

1. OBJETO



Constitui objeto da presente licitação a execução de serviços especializados em manutenção de Software Público de Gestão Administrativa (E-Cidade), conforme descrição contida no projeto básico (Anexo I, no site).

2. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

2.1 Os documentos necessários à habilitação e às propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de n.º 1 e n.º 2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE ITAQUI
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2016
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO E TELEFONE DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE ITAQUI
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 002/2016
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO E TELEFONE DA EMPRESA)

2.2. Cada envelope deverá conter a documentação e as informações necessárias ao processamento e julgamento regular da presente licitação, pertinentes a fase de habilitação e de proposta, observando, respectivamente, as determinações constantes nos itens 3 e 4 do presente edital.

3 - DA HABILITAÇÃO:

3.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar, **dentro do ENVELOPE N.º 02, os seguintes documentos:**

3.1.1 declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02 (Anexo I).

3.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:



- a) registro comercial no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.3 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Itaqui.
- b.1) As empresas deverão requerer o Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal junto ao Setor de Compras.

3.1.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, na forma da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

3.1.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do número do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$$ILG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC



$ILC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$

Passivo circulante

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

$ISG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$

Passivo circulante + exigível a longo prazo

Índices contábeis – situação – ILC, ILG e ISG

* < (menor) que 1,00 = deficitária

* 1,00 a 1,35 = equilibrada

* > (maior) que 1,35 = satisfatória

→ Para endividamento total deve ser menor que 1,00.

ENDIVIDAMENTO TOTAL – ET

$ET = \frac{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}{\text{patrimônio líquido}}$

patrimônio líquido

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a.1) Se o divisor do indicador grau de endividamento for igual a zero, considerar-se-á não atendida a exigência do edital.

Observação: licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

3.1.6. Qualificação Técnica



- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos como o objeto da licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) comprovação do licitante que possui em seu quadro permanente na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução do serviço de características semelhantes;
- c) *Comprovação fornecida pela Secretaria da Fazenda de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações desta licitação; (Atestado de Visita)*

3.2. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45, da Lei Complementar 132/2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos no edital.

3.2.1. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.2, e que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 3.1.3 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, contados da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

3.2.1. O benefício de que trata o item 3.2.1 **não eximirá a microempresa**, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, **da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.**

3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.2.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 9, deste edital.

4. DA PROPOSTA

4.1. O envelope n.º 02 deverá conter:



a) proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço global para a execução dos serviços objeto desta licitação.

Observação 1: A empresa deverá apresentar a proposta conforme modelo constante no Anexo IV, sendo que deverá demonstrar a decomposição dos seus custos, ou seja, deverá apresentar a composição de todos os seus custos, com materiais, serviço e, inclusive BDI e dos respectivos percentuais praticados.

Observação 2: O prazo de validade da proposta é de 60 dias a contar da data aprezada par a sua entrega.

5. DO JULGAMENTO

5.1 Esta licitação é do tipo *menor preço* e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço global para a execução dos serviços licitados.

6. CRITÉRIO DE DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.2., deste edital.

6.2. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

6.3. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito e de acordo com o item 5 desse edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facul-



tada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 3.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.4. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.3 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.5. As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. As impugnações ao ato convocatório serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

7.2. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

7.3. As eventuais impugnações e ou recursos poderão ser encaminhados via fax ou e-mail (licita@itaqui.rs.gov.br), desde que os mesmos apresentem assinatura do representante legal da empresa, carimbo com o número do CNPJ e sejam encaminhados dentro do prazo bem como respeitando o horário de expediente da Prefeitura de Itaqui (de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00).

7.4. O encaminhamento na forma do item 7.3 não dispensa o envio via SEDEX que deverá obedecer a data limite do recurso, que será verificada pelo carimbo dos CORREIOS.

8 - DOS PRAZOS:



O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante no certame ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 5% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 02 (dois) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *advertência e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, será considerado inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- f) Atraso após 05 dias para executar o serviço: inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

9.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



9.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias da prestação de serviço, conforme de laudo de autorização emitido pela secretaria competente.

10.2 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

10.3. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:07 – Secretaria Municipal da Fazenda

UNIDADE: 01 – Departamento Fazendário

PROJETO/ATIVIDADE: _ 2017– Manutenção Da Secretaria da Fazenda

PROJETO/ATIVIDADE: _2900- Manutenção Administrativa -FAPS

PROJETO/ATIVIDADE: _2800-Manutenção Administrativa FUNVERS

PROJETO/ATIVIDADE: _2001-Manutenção Câmara de Vereadores

ELEMENTO: 3339039 –Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO: 2017, 3284, 3274 3257

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS nº 142222,142221,142214 e 14221

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei n.º 8.666/93.



12.2. Fica assegurado ao Município de Itaqui o direito de no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

12.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

12.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

12.5. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

12.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

12.7. As eventuais impugnações e ou recursos poderão ser encaminhados via fax ou e-mail (licita@itaqui.rs.gov.br), desde que os mesmos apresentem assinatura do representante legal da empresa. Carimbo com o número do CNPJ e sejam encaminhados dentro do prazo bem como respeitando o horário de expediente da Prefeitura (de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 13:00).

12.8. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos: I – Especificações Técnicas, II - Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; III- Modelo de Declaração para Micro e Pequenas empresas; IV – Modelo de Proposta, V – Minuta de Contrato.

12.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Itaqui para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a* e *b*, da Lei n.º 8.666-93).



Informações serão prestadas aos interessados no horário da 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, no Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Itaqui/RS, sita na Rua Bento Gonçalves, 335. As cópias do edital deste certame, bem como seus anexos, podem ser obtidas no site da Prefeitura Municipal de Itaqui (www.itaqui.rs.gov.br) gratuitamente, ou no Setor de Licitações, mediante o pagamento da importância de R\$ 10,00 (dez reais), diretamente na tesouraria do Município.

Itaqui, 22 de junho de 2016.

Gil Marques Filho

Prefeito

O teor jurídico deste edital se encontra examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica.

Em 28.06.2016.

Elise Piffero de Piffero

Assessora da Procuradoria

OAB/RS 87.428



Anexo I

Especificações Técnicas(SITE)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

A/C Comissão Permanente de Licitações

Referência: Concorrência nº 002/2016

Prezados (as) Senhores (as)

Declaro para os devidos fins e especialmente para a Concorrência nº002/2016, que a proponente (nome completo), inscrito no CPF/MF sob n.º, com sede na cidade de, Estado, à Rua/Av. (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e data

Nome e assinatura do Contador da Empresa



ANEXO II

Modelo de Declaração para Micro e Pequenas Empresas

DECLARAÇÃO

A empresa (razão social do licitante), CNPJ nº, sediada na Rua _____, nº _____ (bairro/cidade), por intermédio de seu representante legal, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis que:

- a) Encontra-se enquadrada como Empresa de Micro e Pequeno Porte, em atendimento a Lei Complementar nº 123/2006;
- b) Não encontra-se enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006;
- c) Tem conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32 parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93.

Por expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e Data.

Nome e assinatura do contador e do representante legal da proponente.

Carimbo do contador e do CNPJ da Empresa



Anexo IV – Modelo de Proposta

Concorrência nº 002/2016

Comissão de Licitações

A empresa, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação na Concorrência nº 002/2016, propõe a esse Município a prestação do serviço de limpeza conforme descrição contida no Anexo I do ato convocatório, disponibilizando para tanto _____ funcionários, no valor mensal de R\$ _____, conforme decomposição abaixo: (**NO SITE**)

→ Validade da proposta: **60 dias**

Data: _____

Assinatura: _____

Nome do Representante Legal do Proponente: _____

Carimbo CNPJ da empresa



CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE SOFTWARE PÚBLICO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA(E-CIDADE) QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE ITAQUI E A EMPRESA _____

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 88.120.662/0001-46, com sede nesta cidade de Itaqui, sito a Rua Bento Gonçalves, nº. 335, denominado neste ato como **CONTRATANTE**, representado pelo Sr. Prefeito, Gil Marques Filho, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no C.P.F. sob nº 132.750.620-34 e portador da Carteira de Identidade nº 9003198786 e, do outro lado _____ inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede em _____, neste ato representada por seu _____, doravante denominada **CONTRATADO**, tendo em vista os Processos Administrativos nº 171271/2016, Edital de Concorrência Pública nº 002/2016 e a Lei nº 8.666/93, perante as testemunhas nomeadas e firmadas, os quais firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira: DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a execução de serviços especializados em manutenção de Software Público de Gestão Administrativa (E-Cidade), conforme descrição, especificações e projeto básico listados no ato convocatório da Concorrência Pública nº 002/2016 são as seguintes:

Parágrafo Primeiro.

Áreas e serem Informatizadas

a) Administração Financeira



b) Administração Tributaria

c) Administração Patrimonial

d) Administração Recursos Humanos

e) Administração de Escolas Municipais

f) Administração de biblioteca

h) Administração de compras e licitações

Administração via WEB

j) Administração de BI(Business Intelligence)

Parágrafo Segundo. As características gerais do Software estão descritas no anexo I e II.

Parágrafo Terceiro. Condições de Prestação do Serviço:

a) O suporte técnico relativo ao sistema será prestado através de telefone, e-mail e/ou suporte técnico.

b) A empresa deverá operar com as seguintes tecnologias:

- Plataforma operacional GNU/LINUX para o servidor de banco de Dados;
- Plataforma Operacional nas Estações: WINDOWS XP ou servidor ou GNU Linux, operando em ambiente gráfico e WEB;
- Sistema Gerenciador de Banco de Dados Livre: PostgreSQL 8.2x;
- Plataforma Operacional GNU/Linux no Servidor de aplicação;
- Servidor de Aplicação Web: Apache 2.x
- Interface com usuário utilizado navegador Firefox 2.x e 3.0.10+
- Linguagens de programação: PHP 5.x, Java, HTML, CSS, JavaScript, Ajax, JSON, Prototype;
- IDE de desenvolvimento: Eclipse PDT

Parágrafo Quarto Disponibilizar todas as atualizações do Software de Gestão Municipal no período contratado.

Parágrafo Quinto. Proceder a adequação e integração com o sistema do Tribunal de Contas do Estado (RS).

Parágrafo Sexto . A empresa opinará na escolha, dentre as opções que forem apresentadas pela Prefeitura, de equipamentos a serem substituídos, visando evitar conflitos entre os software e os hardwares.

Parágrafo Sétimo. A Empresa deverá efetuar a conversão dos dados do MUNICÍPIO com vistas à migração para os respectivos software, sendo que para tanto, o MUNICÍPIO deverá gerar os arquivos conforme layout e texto padrão fornecido pela empresa vencedora do certame, contendo todas as informações e dados cuja integridade serão validadas pela mesma.



Parágrafo Oitavo. As assessorias técnicas e o suporte técnico remoto serão executados por meio de software, por telefone ou por meio eletrônico e ainda, pessoalmente na sede da empresa vencedora do certame.

Parágrafo Nono. As assessorias técnicas e o suporte técnico remoto serão solicitados pelo MUNICÍPIO à empresa nos dias úteis das 8:30 às 12 horas e das 13:00 às 18 horas.

Parágrafo Décimo. As assessorias técnicas serão fornecidas por escrito, sempre que for de comum acordo entre as partes, mediante solicitação formal do MUNICÍPIO.

Parágrafo Décimo Primeiro. O MUNICÍPIO poderá expressamente solicitar assessorias técnicas “in loco”, sendo que nesses casos deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Solicitação realizada pelos setores interessados e autorizadas pelo Gestor do Contrato, que para tanto deverá analisar a viabilidade e disponibilidade junto a empresa, definindo em conjunto a melhor data para a execução do serviço.

Parágrafo Décimo Segundo. O treinamento dos usuários consiste na capacitação inicial dos servidores indicados pela MUNICÍPIO na correta utilização do SOFTWARE, realizado por ocasião da implantação.

a) O primeiro treinamento correrá por conta da empresa vencedora do certame.

Parágrafo Décimo Terceiro Uma vez realizado o treinamento dos usuários na fase de implantação se, posteriormente, em função de exoneração, aposentadoria, licenças, férias ou por qualquer outro motivo que tenha necessidade de treinamento de novos servidores o MUNICÍPIO arcará com as despesas referentes aos novos treinamentos, remunerando a empresa por dia, conforme orçamento pré-aprovado.

Parágrafo Décimo Quarto Quando eventuais erros ou inconsistência no sistema, a empresa deverá resolver o problema de acordo com o grau de usabilidade, conforme escala de gravidade. Será de responsabilidade do Setor de Informática do Município realizar a solicitação do atendimento e classificá-lo em planilha padrão.

Parágrafo Décimo Quinto O sistema utilizado dever estar sempre em conformidade com a Legislação Federal, Estadual e Municipal vigente. Portanto, deverá a Contratada estar ciente de todas as alterações nas referidas legislações e providenciar para que o sistema esteja dentro da legalidade. Sendo assim, a Contratada deverá saber que o mesmo é passível de alterações posteriores a data deste edital, e caso existam alterações nas legislações citadas, as mesmas devem ser implantadas sem custo adicional à mensalidade.

Parágrafo Décimo Sexto Será de competência da Divisão de Informática acompanhar o desempenho do sistema e constantemente realizar, junto aos usuários da Prefeitura, levantamento de melhorias e necessidades a serem implementadas no sistema, pela empresa Contratada.



Paragrafo Décimo Sétimo A fiscalização do presente contrato correrá por conta dos seguintes servidores: gestora, Sra. Sandra Lindemayer Krahn, fiscal Sr. Anderson Felipe Cezar e suplente Sr. Jefferson de Souza Ferner.

Cláusula Segunda: DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento de que trata o presente contrato, a importância de R\$......

Cláusula Terceira: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias da prestação de serviço, conforme laudo de autorização emitido pela secretaria competente.

Cláusula Quarta: DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato não pagos na data apazada deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo índice IGP-M, calculado pró-rata dia.

Cláusula Quinta: DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
ÓRGÃO:07 – Secretaria Municipal da Fazenda

UNIDADE: 01 – Departamento Fazendário

PROJETO/ATIVIDADE: _ 2017– Manutenção Da Secretaria da Fazenda

PROJETO/ATIVIDADE: _ 2900- Manutenção Administrativa -FAPS

PROJETO/ATIVIDADE: _ 2800-Manutenção Administrativa FUNVERS

PROJETO/ATIVIDADE: _ 2001-Manutenção Câmara de Vereadores

ELEMENTO: 3339039 –Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica

DOTAÇÃO: 2017, 3284, 3274 3257

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS nº 142222,142221,142214 e 14221

Cláusula Sétima: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades previstas no item 13 do ato convocatório.

Cláusula Oitava: DA RESCISÃO



Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Cláusula Décima: DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira:

O prazo para a execução do contrato será até 31.12.2016, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, conforme preceitua o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda: DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado a Concorrência Pública nº 002/2016, à proposta do vencedor, a Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 4728/2005, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93

Cláusula Décima Terceira: DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Itaqui para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Setor de Licitações

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Itaqui, ____ de ____ de 2016.

MUNICÍPIO DE ITAQUI

Gil Marques Filho

Prefeito

CONTRATADA

TESTEMUNHAS _____
CPF CPF